

INSTITUTO CONSTELAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

INSTITUTO CONSTELAÇÃO

Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Mantenedores do
Instituto Constelação
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Constelação** (“**Instituto**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Constelação** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros – ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **Instituto**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **Instituto** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **Instituto** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Recife - PE - Rua Agenor Lopes, nº 25 – 1301 e 1302 – Boa Viagem – CEP: 51021-110 – Tel.: 55 81 3325-6041/6040/6171 - recife@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Rio de Janeiro - RJ | Tel.: 55 21 2156-5800 – Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 – Cel: 55 21 99130-7919 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - New York - NY - EUA - Tel: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Os responsáveis pela governança do **Instituto** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Instituto**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Instituto**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Instituto** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Recife - PE - Rua Agenor Lopes, nº 25 – 1301 e 1302 – Boa Viagem – CEP: 51021-110 – Tel.: 55 81 3325-6041/6040/6171 - recife@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Rio de Janeiro - RJ | Tel.: 55 21 2156-5800 – Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 – Cel: 55 21 99130-7919 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - New York - NY - EUA - Tel: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife (PE), 9 de julho de 2025.

CRC-PE-533/O



Marcelo Galvão Guerra
Contador - CRC-RJ-087079/O-3



Thomás de Oliveira Maranhão Cavalcanti
Contador - CRC-PE-026437/O-7



Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.452.339	2.115.478	Fornecedores	8	2.150	16.952
Créditos a receber		282	282	Obrigações trabalhistas		1.640	1.640
Tributos a recuperar		4.712	10.582	Obrigações tributárias		1.483	2.092
Adiantamentos	6	13.417	12.647			5.273	20.684
		<u>2.470.750</u>	<u>2.138.989</u>				
Não circulante				Patrimônio líquido	9		
Realizável a longo prazo				Patrimônio social		2.140.176	2.034.740
Outros créditos		600	600	Superávits acumulados		338.998	105.436
Imobilizado	7	13.097	21.271			2.479.174	2.140.176
		<u>13.697</u>	<u>21.871</u>				
Total do Ativo		<u>2.484.447</u>	<u>2.160.860</u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>2.484.447</u>	<u>2.160.860</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais			
Sem restrição	10	524.392	566.483
Com restrição	10	42.360	39.600
	10	<u>566.752</u>	<u>606.083</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	11	(370.884)	(672.492)
Despesas em parceria	10(b)	(42.360)	(39.600)
Outras receitas / despesas operacionais		-	2.285
		<u>(413.244)</u>	<u>(709.807)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>153.508</u>	<u>(103.724)</u>
Receitas financeiras	12	197.521	222.958
Despesas financeiras	12	<u>(15.198)</u>	<u>(13.592)</u>
	12	<u>182.323</u>	<u>209.366</u>
Superávit do exercício		<u><u>335.831</u></u>	<u><u>105.642</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávits (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.154.422	(119.682)	2.034.740
Incorporação dos déficits acumulados	(119.682)	119.682	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(206)	(206)
Superávit do exercício	-	105.642	105.642
<hr/>			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.034.740	105.436	2.140.176
Incorporação dos superávits acumulados	105.436	(105.436)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	3.167	3.167
Superávit do exercício	-	335.831	335.831
<hr/>			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.140.176</u>	<u>338.998</u>	<u>2.479.174</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	335.831	105.642
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Ajuste de exercícios anteriores	3.167	(206)
Depreciação do imobilizado	8.174	11.069
Superávit do exercício - ajustado	<u>347.172</u>	<u>116.505</u>
Variações nos ativos e passivos		
Créditos a receber	-	7.174
Tributos a recuperar	5.870	18
Adiantamentos	(770)	40.509
Outros créditos	-	(600)
Fornecedores	(14.802)	10.160
Obrigações trabalhistas	-	(74.580)
Obrigações tributárias	(609)	1.849
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	<u>336.861</u>	<u>101.035</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	-	(5.222)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(5.222)</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>336.861</u>	<u>95.813</u>
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	2.115.478	2.019.665
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.452.339</u>	<u>2.115.478</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>336.861</u>	<u>95.813</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



.1.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

1. Contexto operacional

1.1. Perfil institucional

O **Instituto Constelação** (“**Instituto**”) é uma pessoa jurídica, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de **Instituto** de direito civil privado, de caráter filantrópico, educacional e assistencial, com sede em Recife, estado de Pernambuco, fundado em 27 de setembro de 2010. O **Instituto** tem por objetivo atender crianças e adolescentes oriundos de abrigos e de comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de todo o Brasil, tendo em vista os termos e efeitos previstos na lei.

O **Instituto** atende exclusivamente a crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza, visando proporcionar saúde, educação, esportes e lazer e, conseqüentemente, contribuir para que cada uma delas tenha um futuro melhor. Para isso, o **Instituto Constelação** aplica uma metodologia de monitoramento individual de suas crianças, de modo a garantir que elas evoluam em sua educação, em seu convívio social, com saúde, nutrição adequada e acesso a esportes e lazer.

O **Instituto** visa garantir que todas as crianças e adolescentes beneficiados pelos seus projetos, em cooperação com sua rede de parceiros, estejam inseridos na rede pública de ensino. A participação das crianças e adolescentes atendidos nos projetos promovidos pelo **Instituto** não pode coincidir com o horário escolar.

1.2. Órgãos da administração

São órgãos do **Instituto Constelação**:

- Assembleia Geral;
- Conselho Fiscal; e
- Diretoria.

De acordo com as disposições do Estatuto Social, a Assembleia Geral reunir-se-á uma vez por ano para aprovar a proposta de programação anual da Associação, submetido pela Diretoria, para aprovar o relatório anual da Diretoria e para discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal. A Assembleia Geral tem poderes exclusivos para: eleger e destituir os membros da Diretoria e Conselho Fiscal; decidir sobre reformas do Estatuto; decidir sobre a extinção do **Instituto Constelação**; decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, onerar, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; emitir ordens normativas para funcionamento interno do **Instituto** e propor e aprovar a admissão e a exclusão de associados, bem como referendar os associados indicados pela Diretoria.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis do **Instituto** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 9 de julho de 2025.

2.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.4. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas / despesas operacionais”, quando aplicável, na demonstração do resultado.

2.5. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A diretoria definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades do **Instituto** como um todo.

Na avaliação do **Instituto** não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.6. Provisão para contingências

As provisões para contingências são reconhecidas quando: (i) o **Instituto** tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.7. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o **Instituto** goza de isenção do recolhimento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com as normas tributárias vigentes.

3. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, provisão para riscos de créditos e depreciações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O **Instituto** revisa essas estimativas periodicamente.

4. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros do **Instituto** são: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, adiantamentos, outros créditos e fornecedores.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros do **Instituto**.

O **Instituto** não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.



.5.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	1.500	1.946
Bancos conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	<u>2.450.839</u>	<u>2.113.532</u>
	<u><u>2.452.339</u></u>	<u><u>2.115.478</u></u>

As aplicações financeiras são compostas, principalmente, por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cuja liquidez é imediata, com taxa de remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mantidos em bancos com bom *rating* de avaliação e boa reputação no mercado.

6. Adiantamentos

Referem-se a adiantamentos a fornecedores para compra de materiais ou prestação de serviços.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7. Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Total
Taxa de depreciação / amortização (% ao ano)	24%	10%	10%	10%	20%	
Em 31 de dezembro de 2023						
Saldo inicial	-	202	13.490	3.136	10.290	27.118
Adições	-	-	5.222	-	-	5.222
Depreciação	-	(202)	(6.124)	(333)	(4.410)	(11.069)
Saldo contábil, líquido	-	-	12.588	2.803	5.880	21.271
Custo	286.605	2.200	71.122	3.330	44.002	407.259
Depreciação e amortização acumuladas	(286.605)	(2.200)	(58.534)	(527)	(38.122)	(385.988)
Saldo contábil, líquido	-	-	12.588	2.803	5.880	21.271
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	-	-	12.588	2.803	5.880	21.271
Depreciação	-	-	(3.431)	(333)	(4.410)	(8.174)
Saldo contábil, líquido	-	-	9.157	2.470	1.470	13.097
Custo	286.605	2.200	71.122	3.330	44.002	407.259
Depreciação e amortização acumuladas	(286.605)	(2.200)	(61.965)	(860)	(42.532)	(394.162)
Saldo contábil, líquido	-	-	9.157	2.470	1.470	13.097

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

8. Fornecedores

Refere-se a fornecedores de materiais diversos e serviços no país.

Em 31 de dezembro de 2024, o **Instituto** não possui operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

9. Patrimônio líquido

Patrimônio social e suas destinações

As doações recebidas pelo **Instituto Constelação** são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais descritos na Nota Explicativa nº 1.1.

O **Instituto** não remunerará, por qualquer forma, os membros da Diretoria, do Conselho Administrativo nem do Conselho Fiscal, ou qualquer membro associado, por serviços por eles prestados, e não distribuirá entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

10. Receitas operacionais

	2024	2023
Sem restrição (a)	524.392	566.483
Com restrição (b)	42.360	39.600
	<u>566.752</u>	<u>606.083</u>

Os fundos arrecadados são obrigatoriamente aplicados nas finalidades às quais o **Instituto** se obriga, conforme os objetivos definidos no estatuto e se referem a:

- (a) Doações recebidas de mantenedores mensais e doadores voluntários. Seu controle é realizado através de contratos firmados com as empresas parceiras do **Instituto**.
- (b) Gratuidades cedidas por empresas parceiras do **Instituto**.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

11. Despesas administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas com salários e encargos	-	(8.262)
Provisões para férias, 13º salário e encargos	-	(4.408)
FGTS rescisório	-	(43.657)
Aluguéis	(1.099)	(2.975)
Atividades de entreterimento	-	(5.201)
Brindes e prêmios	(17.871)	(1.530)
Lanches e refeições	(27.730)	(20.657)
Manutenção e conservação	(1.000)	(85.497)
Depreciação	(8.174)	(11.069)
Serviços de terceiros	(103.476)	(226.856)
Serviços educacionais	(191.259)	(180.305)
Despesas com transporte	(3.278)	(44.000)
Donativos e contribuições	(3.665)	(19.256)
Outras despesas (*)	(13.332)	(18.819)
	<u>(370.884)</u>	<u>(672.492)</u>

(*) Refere-se a despesas com brindes, prêmios, fardamentos, energia elétrica, dentre outras.

12. Receitas e despesas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	196.962	221.781
Outras receitas financeiras	559	1.177
	<u>197.521</u>	<u>222.958</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(11.948)	(13.556)
Variações monetárias passivas	(3.089)	-
Outras despesas financeiras	(161)	(36)
	<u>(15.198)</u>	<u>(13.592)</u>
	<u>182.323</u>	<u>209.366</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

13. Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 o **Instituto** não possui ações de natureza cível, trabalhista e/ou tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis e/ou possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

Processos transitados em julgado – Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração do **Instituto** efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

14. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o **Instituto** não possuía seguros de seus ativos ou operacionais.